



79% consideram a Justiça do Trabalho “muito confiável”, diz pesquisa

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) divulgou, na última quinta-feira (9/9), dados da Pesquisa de Metas Nacionais 2022 – Processos Participativos, da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Dentre os resultados, foi destaque o levantamento de que 79% dos entrevistados consideram a Justiça do Trabalho "totalmente ou muito confiável".

Reprodução



O questionário faz parte da estipulação de metas para 2022
Reprodução

A pesquisa foi conduzida entre 21/6 e 31/7/2021 e obteve 1.025 respostas individuais advindas de todos os estados da Federação. Os inquiridos foram advogados, trabalhadores, empregadores, membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e usuários dos serviços da instituição.

Nunca antes uma coleta por parte da Justiça do Trabalho foi conduzida como essa, que juntou opinião dos usuários de forma unificada, no primeiro e segundo graus, e simplificou a consulta, a análise e a avaliação das respostas. Para a presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministra Maria Cristina Peduzzi, "o alto grau de confiabilidade retrata a importância da Justiça do Trabalho como ramo essencial para a solução de conflitos decorrentes das relações de trabalho e emprego". Segundo ela, a pesquisa reforça ainda o comprometimento da Justiça do Trabalho em aprimorar os serviços oferecidos e a prestação jurisdicional à sociedade.

Para além dessa questão, 95% dos participantes acreditam que a Justiça trabalhista deve continuar investindo em uma política de conciliação como alternativa de solução judicial de conflitos. Por outro lado, 96% dos participantes acham importante reduzir a taxa de congestionamento, diminuindo, assim, o volume de processos que aguardam decisão.

Acerca da modernização do Poder Judiciário, 79% opinaram que a Justiça do Trabalho deve continuar ampliando a oferta dos serviços virtuais. A pesquisa também quis saber quais temas deveriam ter prioridade nos julgamentos. Entre os mais votados, estão os processos que tratam sobre assédio sexual, acidente de trabalho e exploração do trabalho infantil.



A pesquisa foi elaborada pela Rede de Governança da Estratégia da Justiça do Trabalho e contou com a participação dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho. Os resultados analisados servirão de base para a definição das metas para 2022, que deverão ser aprovadas no XV Encontro Nacional do Poder Judiciário, que ocorrerá em novembro.

Os resultados foram compilados pela Assessoria de Governança e Gestão Estratégica (Agges) do CSJT e estão disponíveis no Portal da Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho para consulta. *Com informações da assessoria de imprensa do Tribunal Superior do Trabalho.*

Date Created

14/09/2021